

SEPARATA

**O FEMININO NOS ARQUIVOS:
*abordagens e problematizações***



Design e paginação - Anabela Cabral ©

Imagem - Arquivo Teófilo Braga | BPARPD

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

2021

COLÓQUIO O FEMININO NOS ARQUIVOS

Ponta Delgada, 16 -18 de novembro de 2020

COMISSÃO CIENTÍFICA

Irene Vaquinhas (FLUC/CHSC)

Marta Lobo Araújo (Universidade do Minho/ Lab2PT)

Maria de Lurdes Rosa (IEM –Universidade Nova de Lisboa)

Sandra Leandro (Universidade de Évora; IHA, FCSH, UNL)

Susana Serpa Silva (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

Margarida Vaz do Rego (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

Margarida Sá Nogueira Lalandia (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

Rute Gregório (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

Isabel Soares de Albergaria (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Cristina Moscatel (CHAM-A; BPARPD)

Joana M. Couto (BPARPD)

Sónia Sousa Freitas (BPARPD)

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

Conferência de Abertura - Pensar percursos femininos através dos arquivos das Misericórdias portuguesas da Idade Moderna, Professora Doutora Marta Lobo Araújo (UMinho/Lab2PT);

Painel 1: Escrita íntima: o diário da Condessa de Sabugosa e de Murça (1856-1952), Pedro Urbano (IHC-NOVA FCSH);

- *Correspondence in private and domestic archives in Italy. The case of the letters between Isabella de 'Medici and Paolo Giordano Orsini,* Gilda Nicolai (University of Tuscia);

- *A correspondência da primeira dama de Portugal que nunca chegou a exercer funções: Maria do Carmo Braga (1841-1911),* Joana Couto (BPARPD, FCSH/UAc e CHAM-A/UAc);

Painel 2: Agency feminina em los documentos de las instancias de justicia del mundo português durante los siglos XVI y XVII: una propuesta para la historia de las mujeres en el periodo moderno, Mariana Meneses (FCSH-UNL);

- *O depósito de mulher casada: legislação e processos judiciais da comarca de Coimbra (séc XIX-XX),* Rita Paiva Costa (Centro de História da Sociedade e da Cultura/UC);

- *Queixosas e arguidas - As mulheres nos processos crime dos arquivos judiciais das comarcas da ilha de S. Miguel, Açores (séc. XIX),* Susana Serpa Silva (CHAM-FCSH/UNL-UAc);

Painel 3: De Maria dos Prazeres à Maria de Jesus: as facetas da mulher e da freira reveladas no arquivo de família da Casa de Mateus, Wilson Ricardo Mingorance (FCSH/UNL);

- *Las mujeres de la familia Ara en la documentación del siglo XVI en el norte de Tenerife,* José António González Marrero (Instituto de Estudios Medievales y Renacentistas (IEMYR-ULL);

- *Arquivos e práticas arquivísticas femininas. Portugal, séculos XV-XVI,* Alice Borges Gago (IEM – FCSH/UNL);

- *Arquivar o anarquístico: o arquivo (do) feminino em duas perspectivas,* Gabriela Sá;

Painel 4: Escrituras e escritoras: duas vertentes da presença feminina em documentação de arquivo do século XVII, Margarida Sá Nogueira Lalandia (Universidade dos Açores; CHAM/UNL-UAc; CHAM-A/UAc);

- *Potencialidades das fontes notariais para o estudo das mulheres: o caso de Vila do Conde na segunda metade do século*

XVI, Amélia Polónia (DHEPI / FLUP, CITCEM / FLUP) e Maria João Oliveira Silva (CITCEM / FLUP);

Painel 5: "Para que todos tenham vida": um vislumbre do Arquivo do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração da Maria em Portugal, Anabela Costa e Maria Alice Lopes Santos (Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, Província Portuguesa);

- *História e memória de uma congregação religiosa feminina: o Arquivo Histórico da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima,* Rita Mendonça Leite (UCP-CEHR; CH-ULisboa) e Cátia Tuna (UCP-CEHR);

- *"O que se contém nestes breves capítulos, está justificado com papéis antigos, verdadeiros e autênticos tirados do nosso cartório [...]": Os livros de fundação dos conventos, testemunho do "ofício" de religiosas cartorárias,* Fernanda Maria Guedes Campos (CHAM NOVA FCSH/UAç; UCP CEHR);

- *Os arquivos das casas religiosas femininas como "fonte" para a História das Mulheres: o tombo do Mosteiro de S. Dinis de Odiveelas,* Giulia Rossi Vairo (IEM, NOVA/FCSH e CIEBA, FBAUL);

- *Os Arquivos Musicais dos conventos da ilha de S. Miguel: as freiras como intérpretes e copistas entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX,* Isabel Albergaria Sousa (CESEM – NOVA/FCSH);

Painel 6: The feminine presence in a music and drama festival of the Belle Époque: what archives reveal that is missing from public documentation, David Cranmer (CESEM, NOVA-FCSH);

- *O Arquivo de uma Cantora e Divulgadora musical portuguesa: o caso de Ema Romero Santos Fonseca da Câmara Reis,* Alejandro Reyes Lucero (CESEM - NOVA/FCSH);

- *Repensar o corpo como arquivo da figura feminina na dança. Uma leitura a partir de Isadora Duncan,* Inês Zinho Pinheiro (Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa);

Painel 7: Sob o olhar da Micro-História: o papel da professora primária na história da saúde pública em Paredes de Coura, durante o Estado Novo, Maria José Fonte Carranca;

- *Restaurando histórias de professoras, jornalistas e escritoras feministas do Rio Grande do Sul/Brasil (1889-1930),* Clarisse Ismério (URCAMP/ PUCRS) e Edla Eggert (PUCRS);

- *Materiais pedagógicos e biográficos dos arquivos Histórico Militar e do Instituto de Odiveelas,* Ana Costa Lopes (CCEP-CEP-Universidade Católica Portuguesa);

- *Evelina de Sousa: pedagoga e defensora dos direitos da mulher,* Isolina Medeiros (UAç);

Painel 8: Representações da gravidez e do parto na imprensa feminina portuguesa: o caso da revista Modas & Bordados entre 1960 e 1977, Dulce Morgado Neves (Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia);

- *O sufrágio feminino nos Açores- perspectivas da (e na) imprensa regional,* Bruna Travassos Valério (CHAM - NOVA/UAç);

- *As mulheres nacionalistas e as eleições presidenciais de 1949,* Sílvia Espírito Santo (Lab2PT - Laboratório de Paisagens, Património e Território/Universidade do Minho);

- *A presença feminina em dois arquivos quase inexplorados: os romances em português e espanhol publicados na França no século XIX,* Paulo Motta Oliveira (USP/CNPq);

Painel 9: Beatriz Pinheiro, feminista, republicana, escritora. (Viseu, 1871-Lisboa, 1922), Anabela Silveira (IHC-FCSH/UNL).

- *Diário de guerra: Testemunho na trajetória da jornalista Yvonne Jean da Fonseca (1940),* Beatriz Pereira da Silva (CFH/UFSC).

- *Uma Mulher Quinhentista em face do(s) Arquivo(s): D. Isabel de Bragança e a construção de uma biografia,* Andreia Fontenete Louro (CHAM / NOVA FCSH);

Painel 10: La reconstrucción del trabajo femenino en el Sur de Tenerife a través de los contratos de aparcería de tomates de la Cámara Agraria de Adeje, Mercedes Chinea-Oliva (ULL);

- *Mancebas. Toleradas. Meretrizes (nas franjas do esquecimento),* Graça Alves (DRC – Madeira);

- *Os processos trabalhistas como fonte para a história das mulheres,* Marcela Heráclio Bezerra (Universidade de Coimbra – UC (Portugal)/ Instituto Federal de Pernambuco – IFPE (Brasil));

- *Mulheres fotógrafas amadoras no Portugal de oitocentos.* Marianna Relvas, phot. amateur, Susana Lourenço Marques (IHA/NOVA FCSH);

Conferência de Encerramento - Arquivos do feminino e o feminino nos arquivos: fontes, questões, métodos (séculos XIX e XX), Professora Doutora Irene Vaquinhas (FLUC/CHSC).

VÍDEOS DAS COMUNICAÇÕES

Video de abertura:

<https://www.youtube.com/watch?v=KcGv6So-Ycg>



Conferência de abertura:

<https://www.youtube.com/watch?v=T-4EUL7UymA>



Painel 1 - Correspondência e Diários:

https://www.youtube.com/watch?v=_B3kYnTRxlG



Painel 2 - Justiça e Criminalidade:

<https://www.youtube.com/watch?v=hhXP5fi2DGk>



Painel 3 - Arquivos de Família e Arquivística:

<https://www.youtube.com/watch?v=uFpZlMwBDFU>



Painel 4 - Fontes Notariais:

<https://www.youtube.com/watch?v=RI-lc-WbGho>



Painel 5 - Instituições Religiosas:

https://www.youtube.com/watch?v=XIL_SoFAA6c



Painel 6 - Artes Performativas:

<https://www.youtube.com/watch?v=1fsdzAxlr8c>



Painel 7 - Educação e Professorado:

<https://www.youtube.com/watch?v=7gGQm0ypk-A>



Painel 8 - Imprensa e Periódicos:

<https://www.youtube.com/watch?v=UKieRtCz4Qg>



Painel 9 - Personalidades:

<https://www.youtube.com/watch?v=2XeQDY609AM>



Painel 10 - Trabalho Feminino:

<https://www.youtube.com/watch?v=0OdUzoP8mIg>



Conferência de Encerramento:

<https://www.youtube.com/watch?v=f1GxWyBz8UM>





Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

Título

O Feminino nos Arquivos: abordagens e problematizações

Edição

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada | 2021

Coordenação Editorial

Cristina Moscatel, Sónia Sousa Freitas, Joana M. Couto

Design gráfico e paginação

Anabela Cabral

Impressão

Gráfica Açoriana.

Exemplares

550

ISBN

978-972-647-389-3

Depósito Legal

484115/21

O FEMININO NOS ARQUIVOS: abordagens e problematizações

SEPARATA

Parcerias do colóquio:



Edição:



Ponta Delgada
2021

**História e memória de uma congregação religiosa feminina:
o Arquivo Histórico da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima**

Cátia Tuna¹
Rita Mendonça Leite²

Resumo: O Arquivo Histórico da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima apresenta-se como um instrumento privilegiado de acesso à história da mulher em Portugal no século XX, ao mesmo tempo que constitui uma fonte fundamental para as áreas da história religiosa, social e cultural ou para a história da indústria e da economia portuguesas. A análise aturada daqueles fundos arquivísticos permitiu-nos identificar uma série de áreas de trabalho e ação desenvolvidas conforme a identidade apostólica daquela Congregação religiosa feminina. No presente artigo vamos deter-nos sobre dois tópicos essenciais da história da congregação, guiados precisamente pela documentação arquivística e procurando trazer à colação uma problemática de natureza mais teórica (mas com consequências práticas efetivas) – o problema da definição da «identidade» da Congregação – e uma questão de natureza eminentemente prática – as diversas comunidades e obras da congregação, que beberam daquela «identificação» e simultaneamente a foram moldando.

Palavras-chave: Servas de Nossa Senhora de Fátima; congregação religiosa; liderança feminina; Luiza Andaluz

O Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (UCP-CEHR) desenvolve atualmente um projeto em torno do percurso da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima (S.N.S.F.) fundada em Portugal em 1923, ressaltando o papel pioneiro que deteve em vários sectores da sociedade portuguesa. A primeira fase do projeto estruturou-se sobre a consulta e análise de dois fundos arquivísticos fundamentais: o Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (A.H.P.L.) e o Arquivo Histórico da Congregação das Servas de Nossa



¹ (UCP-CEHR)

² (UCP-CEHR; CH-ULisboa)

Senhora de Fátima (A.H.C.S.N.S.F.). A análise da documentação confrontou-nos logo à partida, para além das questões de escala, com dois fundos muito distintos no que diz respeito ao lugar ocupado pelas mulheres: se no primeiro o lugar do feminino é parcelar e muitas vezes filtrado, traduzido ou acantonado pelo domínio das vozes masculinas, no segundo a presença do feminino é dominante e as vozes das mulheres multiplicam-se. O Arquivo Histórico da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima apresenta-se assim como um instrumento privilegiado de acesso à história da mulher em Portugal no século XX, ao mesmo tempo que constitui uma fonte fundamental para as áreas da história religiosa, social e cultural ou para a história da indústria e da economia portuguesas.

A análise aturada dos referidos fundos arquivísticos permitiu-nos identificar uma série de áreas de trabalho e ação desenvolvidas conforme a identidade apostólica daquela Congregação religiosa feminina, de que são exemplo: a educação e escolarização femininas; a obra catequética e ação paroquial; os centros paroquiais e serviço social; o apostolado de imprensa e a obra da *União Gráfica* (com tipografias em Lisboa, em Lamego e na Guarda); a presença nas periferias sociais (Obra de promoção dos ciganos; Comunidade Vida e Paz) e em contexto missionário (com o projeto de promoção da mulher africana), entre outras. Simultaneamente, foi também identificado um conjunto de problemas cuja abordagem tem sido desenvolvida de modo transversal: o problema da crença e da cidadania (as questões em torno do legado da fundadora Luiza Andaluz); o papel da Congregação nas reconfigurações da identidade e liderança femininas no interior da Igreja católica e da sociedade portuguesas novecentistas; a procura de uma outra forma de vida religiosa (a perceção das S.N.S.F. como «religiosas sem hábito», a valorização da autonomia e responsabilidade pessoal e do trabalho profissional, a importância da formação contínua, o sentido da oração pelo trabalho, a vida comunitária e a presença na cidade); o entendimento de uma certa espiritualidade sacerdotal e do equilíbrio entre as dimensões da «contemplação» e da «ação»; e, finalmente, o lugar de Fátima e da devoção mariana e a centralidade cristológica na vida da Congregação.

Neste estudo vamos deter-nos sobre dois elementos fundamentais da história da congregação, procurando relevar a novidade que as Servas de Nossa Senhora de Fátima introduziram na visão sobre o papel do feminino na Igreja, assumindo uma postura verdadeiramente ativa e autorrepresentando-se como «apóstolas». Acompanharemos parte desse percurso por duas vias: partindo de um problema de pendor eminentemente teórico (mas com consequências práticas efetivas) – a questão da formulação da «identidade» da Congregação; e prosseguindo com uma problemática com uma dimensão muito prática – a das diversas comunidades e

obras da congregação – que procuraram estruturar-se sobre aquele «carisma» e ao mesmo tempo o foram definindo.

O projecto colocou-se como primeiro objectivo o da pesquisa de fios condutores (e outros, disruptores) que, a partir de uma profusa quantidade de documentação, nos permitissem acompanhar o percurso histórico de um objeto que definimos como a congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima. Para esse efeito, e para um tema que poderia à partida parecer simples, a definição da especificidade da Congregação ou do seu «carisma», temos que percorrer oitenta anos de história e documentação que abrange, no arquivo das S.N.S.F., as memórias da fundadora, as suas relações epistolares, as atas do Governo Geral e as atas dos Capítulos, e, na documentação do Patriarcado, a correspondência e relatórios respeitantes à Congregação, notando que nesse conjunto de fontes existe uma série de forças, fragilidades, persistências e contradições que têm necessariamente que ser analisadas na sua complexidade.

A identificação de uma Congregação

A definição da identidade da Congregação colocou-se desde logo na discussão em torno da sua designação. Nas memórias da fundadora, Luiza Andaluz (1877-1973), escritas na década de 50, a mesma recordava:

«Nos seus princípios, quando nos referíamos à Congregação, chamávamos-lhe a Obra. Era essa a designação que me tinha sido indicada na madrugada de 16 de outubro de 1922: “iniciou-se a Obra de Deus”.»³

Acrescentando de seguida:

«O Senhor Dr. Formigão⁴ dizia-nos também que Nossa Senhora de Fátima queria uma Congregação e na “Breve história da fundação do Instituto” que Sua Rev.cia preparou para mandar para Roma e que julgo remeteu para lá em fins do ano de 1932 dizia que: “Circunstâncias providenciais pareciam mostrar claramente que a Virgem Santíssima queria tomar debaixo da Sua especial proteção o novo Instituto.” O título que encima o documento (...) e

³ *O Itinerário de Luiza Andaluz*. Lisboa: Servas de Nossa Senhora de Fátima, 1997, p.118.

⁴ O Cônego Manuel Nunes Formigão (1883-1958) teve uma influência breve nos inícios da institucionalização das Servas de Nossa Senhora de Fátima, cedo se separando do processo que seria efetivamente liderado por Luiza Andaluz e ativamente apoiado e legitimado por vários representantes da hierarquia episcopal portuguesa, incluindo o próprio Cardeal Cerejeira.

no qual se diz ser esse o nome que o novo Instituto adota é: Obra Apostólica e Reparadora de Nossa Senhora de Fátima.»⁵

Naquele período a que Luiza Andaluz se reporta nas suas memórias, anos 30, numa carta a uma sua prima nos Estados Unidos – Katherine Drexel (1858-1955), também ela fundadora de uma congregação – dava conta da definição daquela identidade enquanto processo:

«As aparições de Nossa Senhora em Portugal deveriam ter derramado graças antecipadas sobre esta indigna serva! Estou a seguir um caminho que não vislumbro e a fomentar um trabalho que nem sequer realizo ou compreendo! Penso que já lhe expliquei que a nossa Congregação está dividida em três ramos distintos: Nossa Senhora do Rosário de Fátima (contemplativa); Nossa Senhora do Monte Carmelo (escolas, boa imprensa, hospitais); Nossa Senhora das Dores (regeneração).»⁶

A primeira documentação no Arquivo do Patriarcado a este propósito, datada de 1935, reproduz inteiramente aquele argumento de Luiza Andaluz. O Cardeal-Patriarca, Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), encarregue do processo de reconhecimento da obra nascente junto da Congregação dos Religiosos em Roma, esclarecia:

«En réponse à votre lettre du 13 janvier (nº1801/33) dans laquelle vous me demandier [sic] des renseignements sur l'Institut Religieuse [sic] féminin nommé «Œuvre Apostolique et Réparatrice de Notre-Dame de Fatima », j'ai l'honneur de vous dire ce qui suit : [...] L'Institut a choisi Notre-Dame de Fatima comme sa principale Patronne sous les invocations du Rosaire, des Douleurs et du Carmel, parce que, comme l'on a déjà dit plus haut, la Sainte Vierge est apparue à Fatima sous ces trois invocations le 13 octobre 1917.»⁷

Procurava-se consolidar um vínculo a Fátima ao mesmo tempo que se legitimava a pertinência da nova Congregação. Cerejeira prosseguia numa argumentação

⁵ O Itinerário de Luiza Andaluz, p.118-119.

⁶ Luiza Andaluz a Katherine Drexel (Santarém, 29 de janeiro de 1930). AHCSNSF / Fundo Luiza Andaluz / SC:B – Relações epistolares / SR:07 - Correspondência expedida para Família / SSR:03 - Prima / Cx.2, Mç.119.

⁷ PT/AHPL/PAT14-SP/P-03/01/008 - Documento composto datilografado. AHPL / Fundo Arquivístico de Dom Manuel Gonçalves Cerejeira / Sub-fundo: Secretaria Particular / Secção: Congregações e Institutos religiosos - Correspondência / Subsecção: SNSF/.

sustentada e plenamente integrada no debate entre dois temas fundamentais: a Reparação, associada à urgência de reparar a apostasia da Nação portuguesa, e o Serviço, valorizando a vertente apostólica e a componente ativa que a Congregação haveria de incorporar em pleno nas décadas seguintes.

Ao longo daquele ano de 1935 os esclarecimentos multiplicaram-se e foi feito novo pedido de *nihil obstat* (o primeiro havia sido feito em 1933, de acordo com o próprio Cerejeira) para a fundação do novo Instituto Religioso – ao Papa, via Congregação dos Religiosos –, o que deu origem a uma correspondência profusa entre o Patriarcado e a Santa Sé. Cerejeira solicitava então que a «Obra Apostólica e Reparadora de Nossa Senhora de Fátima» fosse reconhecida como uma congregação diocesana de votos simples, com todos os direitos, graças e privilégios consignados pelo Direito Canónico.

Ao longo dessa correspondência, e relativamente ao tema a que aqui primeiramente nos atemos, a identidade da Congregação, há uma proliferação de designações, sistematizadas na tabela que seguidamente se apresenta, e que vão sendo utilizadas alternativamente pelos diferentes intervenientes, demonstrando bem do que estava ali em jogo: o processo de identificação de uma nova Congregação disputado pelas figuras da sua fundadora, Luiza Andaluz, do seu superior hierárquico e o mais significativo dos seus protetores, o Cardeal Cerejeira, e, finalmente, pela Congregação dos Religiosos, em Roma.

Designações utilizadas na Correspondência

Termos base Instituto religioso feminino Instituto religioso Congregação religiosa de votos simples	
Obra Apostólica e Reparadora de Nossa Senhora de Fátima Obra Apostólica Reparadora de Nossa Senhora de Fátima Congregação Diocesana Obra Apostólica e Reparadora de Nossa Senhora de Fátima A Obra O Instituto	
Congregação dos religiosos	Cardeal Cerejeira
Religiosas da Obra Reparadora de Nossa Senhora em Fátima Obra Missionária Reparadora de Nossa Senhora do Rosário em Fátima Obra Reparadora de Nossa Senhora do Rosário em Fátima	Obra Apostólica e Reparadora de Nossa Senhora do Rosário de Fátima Auxiliares do Clero Hóstias do Clero Obra Missionária e Reparadora de Nossa Senhora do Rosário de Fátima Obra Missionária e Reparadora de Nossa Senhora do Rosário de Fátima Servas de Jesus Sacerdote Servas de Jesus e Maria Servas da Igreja Servas de Jesus Sacerdote Auxiliares do Catecismo e do Apostolado paroquial Auxiliares do Apostolado Paroquial Servas de Nossa Senhora de Fátima
CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	

No contexto daquela profusão de propostas, a Congregação dos Religiosos em dezembro de 1935 concedeu o *nihil obstat* mas impôs uma série de condições, indicando que o título da nova Congregação deveria ser «Religiosas da Obra Reparadora de Nossa Senhora em Fátima» e alertando o Patriarca de Lisboa para o facto de que nas suas Constituições e em qualquer forma de Estatutos se deveria evitar as denominações «Auxiliares do Clero» ou «Hóstias do Clero»; deveria também retirar-se tudo o que tivesse a ver com o voto heroico a favor das almas sacerdotais, que se encontram no purgatório, limitando antes os votos à norma do Código e aos três votos de obediência, castidade e pobreza⁸, contrariando portanto, por via dessa deliberação, muitas das propostas que o próprio Cerejeira tinha colocado à consideração de Roma.

Na sequência daquela imposição, produziram-se no Patriarcado diversos relatórios que procuraram definir o espaço do novo Instituto no contexto das congregações religiosas femininas em Portugal. Explicando-se que não existia em Lisboa nenhuma comunidade similar e que, as que existiam, se propunham objetivos específicos como os da educação em colégios (Doroteias e Dominicanas) ou a assistência nos hospitais e asilos (Franciscanas, Cluny e Irmãs da Caridade); acrescentava-se que nenhuma outra congregação partilhava dos princípios organizativos ou do espírito da obra de Luiza Andaluz. Ao mesmo tempo, considerava-se que esta obra, com esta liderança, era a única que se propunha ou tinha condições para se encarregar das obras do novo Instituto, em especial à obra da boa imprensa, e à publicação do grande diário católico português - o *Novidades* - que o Patriarca considerava não poder manter-se sem a nascente Congregação. Por último, argumentava-se ainda que nenhuma outra comunidade se propunha levar a cabo os fins de apostolado diocesano e paroquial que a Congregação vinha já desenvolvendo em torno da organização do catecismo, escolas e visitas aos doentes, designadamente nas paróquias sem pároco, ação que surgia como vital no contexto específico do Patriarcado de Lisboa e de algumas outras dioceses⁹.

Firme na defesa daquela originalidade, o Cardeal Cerejeira respondeu para Roma opondo-se às modificações propostas pela Congregação dos Religiosos fundamentou essa discordância – em seu nome, da fundadora e da Obra – em dois argumentos essenciais: o da identidade e o da jurisprudência, ambos conectados

com a questão da funcionalidade, conforme se explanava num dos documentos preparatórios da resposta a Roma:

«A Sagrada Congregação dos Religiosos [...] dignou-se conceder o *nihil obstat* para a aprovação do Instituto denominado Obra Apostólica Reparadora de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, constituída por pessoas do sexo feminino já conhecidas pela designação de Auxiliares do Clero. No documento mencionado a Sagrada Congregação ordenou que o título do Instituto fosse alterado para “Obra Reparadora de Nossa Senhora do Rosário em Fátima” e que os seus membros adotassem uma outra designação, em substituição de Auxiliares do Clero.

Ora, aquilo que indicavam precisamente o fim da futura congregação de direito diocesano eram as palavras Apostólica e Auxiliares do Clero. Omitindo a primeira e modificando a segunda destas expressões, não há já nada que indique o seu fim geral e particular. Para além disso, estas designações eram já conhecidas, e a sua alteração causaria alguma estranheza e alguns problemas. [...] pedem que se lhes permita substituir estas designações pelas seguintes: Obra Missionária e Reparadora de Nossa Senhora do Rosário de Fátima e Servas de Jesus Sacerdote ou Servas de Jesus e Maria.»¹⁰

A Congregação dos Religiosos persistiu na recusa daquelas propostas e o Patriarca de Lisboa, persistindo também na defesa da identidade, utilidade e funcionalidade da nova congregação e apontando a incoerência que considerava evidente entre as designações propostas por Roma e o carisma da obra de Luiza Andaluz, propôs finalmente, já em julho de 1938:

«[...] como não existe relação entre o título escolhido pela Sagrada Congregação e a natureza e a finalidade da Congregação, o Cardeal Patriarca de Lisboa, desconfortável por ter que voltar ao mesmo assunto, pede humildemente a graça de se substituir o título indicado pelo seguinte: Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima»¹¹

⁸ PT/AHPL/PAT14-SP/P-03/01/008 - Documento composto datilografado. AHPL / Fundo Arquivístico de Dom Manuel Gonçalves Cerejeira / Sub-fundo: Secretaria Particular / Secção: Congregações e Institutos religiosos - Correspondência / Subsecção: SNSF.

⁹ Cf. PT/AHPL/PAT14-SP/P-03/01/012 – Correspondência. AHPL / Fundo Arquivístico de Dom Manuel Gonçalves Cerejeira / Sub-fundo: Secretaria Particular / Secção: Congregações e Institutos religiosos - Correspondência / Subsecção: SNSF.

¹⁰ PT/AHPL/PAT14-SP/P-03/01/008 - Documento composto datilografado. AHPL / Fundo Arquivístico de Dom Manuel Gonçalves Cerejeira / Sub-fundo: Secretaria Particular / Secção: Congregações e Institutos religiosos - Correspondência / Subsecção: SNSF.

¹¹ PT/AHPL/PAT14-SP/P-03/01/008 - Documento composto datilografado. AHPL / Fundo Arquivístico de Dom Manuel Gonçalves Cerejeira / Sub-fundo: Secretaria Particular / Secção: Congregações e Institutos religiosos - Correspondência / Subsecção: SNSF.

A 19 de abril de 1939 esta designação seria finalmente aprovada pela Congregação dos Religiosos¹² e o título «Servas de Nossa Senhora de Fátima» seria consolidado como marca identitária da nova congregação. Aquele complexo debate sobre o processo de identificação da obra de Luiza Andaluz teve ali momento marcante, assim sintetizado pela fundadora já nos 50:

«[...] No nosso país, depois de perturbações políticas prolongadas e muito tristes, causadas por um Governo anticlerical, todas as Instituições católicas e efetivamente todos os Conventos e Escolas mantidas pelas Ordens religiosas foram demolidas ou encerradas. Um grupo de piedosas senhoras começou então a agir com denodo tentando substituí-las o melhor que podia com a Graça de Deus. Eu conto-me nesse número. Nós éramos Filhas de Maria, de cidades diversas e tendo trabalhado em conjunto durante alguns anos, resolvemos, com a indispensável autorização dos nossos Bispos, começar a viver em comum, embora sem hábito, e sendo apenas consideradas como professoras nas escolas. Em 1934 o Cardeal de Lisboa, desejando que se iniciasse uma Congregação Religiosa, ofereceu-nos a sua ajuda e proteção. Em 1939 obtivemos, por intermédio de Sua Eminência, o *Nihil Obstat* para a nossa Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima e agora trabalhamos em 20 Instituições de diferentes Dioceses em Portugal.»¹³

Apesar de tudo, o tema da identidade permaneceria como questão em aberto, e na sua valência ativa, dinâmica e, enfim, apostólica, a Congregação desenvolveu uma certa plasticidade que, ao mesmo tempo em que se foi recompondo e multiplicando as suas áreas de intervenção, lhe permitiu manter em aberto a discussão sobre o seu carisma identitário, à qual a documentação do seu Arquivo dá voz.

A Congregação a partir do quotidiano das comunidades

A possibilidade e o modo como os arquivos são plataformas de acesso ao quotidiano e não só o depósito de um corpo documental emanado mais diretamente pelas instituições é uma problemática relevante a equacionar quando se pretende

¹² PT/AHPL/PAT14-SP/P-03/01/008 - Documento composto datilografado. AHPL / Fundo Arquivístico de Dom Manuel Gonçalves Cerejeira / Sub-fundo: Secretaria Particular / Secção: Congregações e Institutos religiosos - Correspondência / Subsecção: SNSF.

¹³ Luiza Andaluz ao Arcebispo de Filadélfia (s/l, 3 de setembro de 1956). AHCSNSF / Fundo Luiza Andaluz / SC: B - Relações epistolares / SR: 02 - Correspondência expedida para Bispos / Cx.1, Mç.12.

¹⁴ Estes relatórios derivam de um procedimento definido no n.º 545 das primeiras Constituições da

refletir uma arquivística no feminino. No caso do A.H.C.S.N.S.F. os relatórios das ca-sas e das comunidades destacam-se como fundo documental particularmente facilitador desse acesso.¹⁴ Neles se patenteia a variedade das comunidades e do campo de ação das S.N.S.F., e regista-se um certo cariz quantitativo sendo contabilizadas realidades como a totalidade de injeções dadas por uma determinada irmã como serviço à população envolvente, o número de toalhas de altar engomadas, a quantidade de paramentos arranjados ou de recolções e retiros realizados.

Os relatórios da Casa Mãe (situada em Lisboa, no Largo de São Mamede) são marcados pela «Obra dos Retiros», como o seguinte excerto descreve:

«O andar superior é destinado para essa obra de grande alcance e que se chama a “Obra dos Retiros”. Ali se dão reuniões, recolções, retiros e ainda se tem dado hospedagem a algumas religiosas que, motivado pela guerra, passaram por esta cidade de Lisboa. É quase um mundo cosmopolita a quem esta Casa abre as suas portas; nas suas salas perpassam pessoas de diversas nacionalidades, na sua Capela ressoam orações em vários idiomas.»¹⁵

Os grupos que realizam ali os seus encontros demonstram o panorama diversificado do associativismo católico do período em causa: destacam-se os vários grupos da Ação Católica e os ramos da União Noelista Portuguesa e ainda são frequentes os encontros de noivas, dos profissionais católicos (sobretudo médicos e engenheiros), das «senhoras da colónia inglesa» ou «francesa» e ainda do clero do Patriarcado.¹⁶

A comunidade do Santuário da Cova de Iria também dava acolhimento e apoio à realização de cursos e retiros. Esta comunidade começou por se denominar «Abri-

Congregação aprovadas em 1939 relativo à Secretária Geral: «A Secretária geral, em face dos dados recebidos das diferentes casas, organizará, anualmente, um relatório desenvolvido das obras e dos seus frutos, da vitalidade da Congregação, que, depois de aprovado pela Superiora Geral, será por esta apresentado ao Ordinário de Lisboa, podendo publicar-se com sua autorização.» *Constituições das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, [s.l.]: [s.e.], [1939], pp. 146-147. Nesta parte do texto, incidiremos nas décadas de 1940 e 1950, dado que em 1941 os relatórios passaram a ser redigidos com regularidade e que a década de 1960 corresponde a uma mudança significativa na Congregação, a começar pelo falecimento em 1963 da Superiora Geral, a irmã Rosa Avelar, perturbando em certa medida o que fora uma fase de estabilização e consolidação.

¹⁵ Relatório da comunidade da Casa Mãe (Lisboa) de 1942. AHCSNSF / Fundo Geral da Congregação / PT-SNSF - Governo da Congregação / SC:D - Secretariado Geral / Relatório anual das casas e comunidades (1941-2009) / Cx. 34, Mç. 212 / Relatório Anual das Casas e Comunidades 1958.

¹⁶ Sobre os grupos da Ação Católica deste período ver: Paulo Fontes – *Elites Católicas em Portugal: o papel da Ação Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. Sobre a União

go» (por abrigar os peregrinos) e foi a primeira casa de uma congregação religiosa em Fátima. Além do acolhimento dos peregrinos, nos seus primeiros anos, o trabalho era essencialmente de apoio aos serviços litúrgicos do santuário na sua limpeza, no tratamento das roupas e objetos do culto, na ornamentação dos altares, e dedicou-se também ao fabrico de hóstias.¹⁷ Luiza Andaluz durante estes anos passava aqui uma longa temporada (de maio a novembro), estando diariamente presente no serviço das «informações» do Santuário onde transmitia aos peregrinos, muitos deles estrangeiros, as suas memórias. O número de irmãs que constituem esta comunidade de Fátima cresce exponencialmente porque vão aumentando os serviços que lhe são confiados: o apoio ao seminário diocesano no serviço de cozinha e refeitório, a prestação de cuidados de enfermagem, a responsabilidade pela Casa Nova de Retiros do Santuário e a cooperação com o Museu.

Uma casa fundamental na congregação das S.N.S.F. era a do Noviciado. Na formação das noviças investia-se na componente intelectual, religiosa, psicológica e litúrgica, em aulas dadas pelos sacerdotes do Seminário dos Olivais (e pontualmente pela fundadora Luiza Andaluz). As noviças e irmãs participavam também na formação religiosa da população envolvente, que frequentemente comportava a ideia de formação moral, sobretudo através da catequese mas também de «missões», da organização de festas e de palestras, e ainda na ação caritativa:

«Desde a vinda da nossa Madre Luísa as noviças ficaram favorecidas com aulas de Francês. As de História Sagrada, Religião, Direito Canónico, Psicologia, Liturgia e Teologia Dogmática, são dadas por alguns Sacerdotes do Seminário dos Olivais. Sentimo-nos confundidas com a dedicação e bondade de todo o digníssimo Clero dessa Casa de Formação.

Como Noviciado que é, o apostolado é feito pela oração e sacrifício, mas também alguma coisa que se tem feito no campo da actividade externa. Logo em Janeiro foram duas Irmãs para as Missões de Coruche durante 15 dias. Nos dias de Carnaval, para afastar os habitantes do bairro do Seminário (barracas), dos maus divertimentos, organizou-se uma tarde infantil a que assistiram os pais. Constatou-se de récita e merenda que lhes foi oferecida com o auxílio do

Noelista ver: Paulo Fontes – A União Noelista Portuguesa, um movimento católico de mulheres. *Faces de Eva: Estudos sobre a mulher*, 22 (2009) 105-123.

¹⁷ «Tivemos nas duas Casas do Santuário 46 Cursos com 2.382 pessoas; 60 Retiros com 2.886 pessoas; 93 peregrinações – 7.374 pessoas, (portugueses, espanhóis, americanos, alemães, ingleses, franceses, etc.), além de muitas pessoas que apenas aqui passaram algumas horas.» Cf. Relatório anual da Comunidade do Santuário de Fátima de 1958. AHCSNSF / Fundo Geral da Congregação / PT-SNSF - Governo da Congregação / SC:D - Secretariado Geral / Relatório anual das casas e comunidades (1941-2009) / Cx. 35, Mç. 213 / Relatório Anual das Casas e Comunidades 1958.

Centro e de Monsenhor Reitor D. João de Castro. No fim um Seminarista fez uma pequena palestra formativa. Pais e filhos mostraram-se contentes e gratos. [...]

Distribuíram-se 300 cartões a crianças pobres para terem direito ao leite e pão da Cáritas. Também, a pedido da Fundação Cardeal Cerejeira, começou-se a ter mais contacto com os pobres, fazendo-se inquéritos referentes à ida dos mesmos para as casas da Fundação.»¹⁸

De destacar aqui a ideia de «missão» como ação evangelizadora numa povoação específica tida como «paganizada», uma reminiscência das «missões populares», iniciativa inserida no âmbito da ideia de recristianização da Europa.

A obra da boa imprensa é salutar na ação das S.N.S.F. e no âmbito do catolicismo desta época, estando patente na sua ligação à União Gráfica. Como vimos, a presença das Servas nesta empresa tipográfica teve um papel crucial no percurso de afirmação e legitimação institucional da Congregação como sua especificidade identitária. Esta era a maior comunidade, chegando a superar as sessenta irmãs, incluindo candidatas e empregadas (isto no ano de 1941). Pese embora estes dados quantitativos expressivos, no A.H.P.L., no fundo relativo à União Gráfica (seja na correspondência seja nos relatórios de contas) a referência à presença das Irmãs é residual; nessas raras alusões são designadas por «pessoal feminino».¹⁹ As Irmãs trabalhavam nas oficinas manuseando as impressoras de linotipo, dedicando-se ao trabalho de encadernação e estando nos serviços do armazém, de expedição, na biblioteca, na livraria e na paramentaria. Nestas duas décadas também a Veritas, na Guarda, e a Gráfica de Lamego contaram com o trabalho das Servas; este tipo de agir por parte de mulheres religiosas transpira de algum modo uma modernidade, expressa no entendimento de si próprias como «religiosas operárias».²⁰ Esta comunidade de Lamego viria a desdobrar-se em duas, sendo que a segunda se dedicou ao serviço do seminário.

Algumas Irmãs da União Gráfica numa primeira fase também davam catequese fora da cidade de Lisboa:

¹⁸ Relatório do Noviciado de 1960. AHCSNSF / Fundo Geral da Congregação / PT-SNSF - Governo da Congregação / SC:D - Secretariado Geral / Relatório anual das casas e comunidades (1941-2009) / Cx. 35, Mç. 213 / Relatório Anual das Casas e Comunidades 1960.

¹⁹ PT/AHPL/PAT14-SP/T-01-01/02/008 - Carta do Cónego Paes de Figueiredo ao Senhor Presidente da Comissão de Imprensa [19 de março de 1932]. AHPL / Fundo Arquivístico de Dom Manuel Gonçalves Cerejeira / Relatórios e Balanços de Contas (SR) [União Gráfica].

²⁰ Cf. Relatório da comunidade da Veritas (Guarda) de 1943. AHCSNSF / Fundo Geral da Congregação / PT-SNSF - Governo da Congregação / SC:D - Secretariado Geral / Relatório anual das casas e comunidades (1941-2009) / Cx. 34, Mç. 212 / Relatório Anual das Casas e Comunidades 1943.

«É grande o apostolado que esta Obra da União Gráfica já por si traz, mas a Acção das Irmãs que nela estão estendeu-se mais longe e foi até às Catequeses nos subúrbios de Lisboa e que pela sua ignorância em matéria religiosa podem bem ombrear com as Missões sertanejas da África. Tem ajuda na freguesia de Almargem do Bispo, em Sabugo e Camarões.»²¹

Devido à distância acabariam por realizar esta ação de apostolado nas proximidades da sede da União Gráfica (que ficava na Rua de Santa Marta, em Lisboa): na paróquia do Sagrado Coração de Jesus e da Pena, nos hospitais de Santa Marta e da Estefânia. A Congregação abrirá uma comunidade na paróquia de São João das Lampas, perto da zona rural para onde se deslocavam. A presença nas paróquias – nos Centros de Assistência Social ou Centros Sociais – iniciou-se em 1946 com o Centro Social da Benedita; no ano seguinte as Irmãs vão para os Centros Sociais das paróquias do Entroncamento, Valado dos Frades e da Ericeira. Mais tarde são iniciadas comunidades no Centro de Assistência Paroquial de Turquel (1955), no já referido de São João das Lampas (1956) e no de Sesimbra (1962). Nas diversas paróquias assumem características e ações similares que têm em comum a forte componente de assistência social e educativa: têm lactários, casas de trabalho (diferenciadas para rapazes e raparigas), detêm cantinas-recreatórios para as crianças, escolas maternais, sopa dos pobres, patronatos de formação doméstica, realizam inquéritos sociais e medeiam a atribuição de subsídios. Dedicam-se igualmente à dimensão mais cultural na sua logística quotidiana (o arranjo de paramentos, o tratamento dos objetos do culto como as toalhas e os paramentos), existindo uma Irmã especialmente destacada para esta tarefa na comunidade; há também uma «Irmã enfermeira» que dá injeções e faz curativos, incluindo no Noviciado.

No campo da educação, a Congregação nos anos em análise detinha em Santarém em edifícios próximos o Colégio de Nossa Senhora dos Inocentes e o Instituto de Nossa Senhora dos Inocentes.²² A comparação entre estes dois excertos – o primeiro do relatório do Colégio e o segundo do Instituto – proporciona a diferença

²¹ Relatório da comunidade da União Gráfica de 1945. AHCSNSF / Fundo Geral da Congregação / PT-SNSF - Governo da Congregação / SC:D - Secretariado Geral / Relatório anual das casas e comunidades (1941-2009) / Cx. 34, Mç. 212 / Relatório Anual das Casas e Comunidades 1945.

²² O primeiro foi fundado concomitantemente com a congregação em 1923 e passou a ser designado «Colégio Andaluz» nos anos 60, ao mudar para novas instalações construídas de raiz num projeto arquitetónico e educacional ambicioso empreendido pela Congregação; foi deixado por decisão do próprio Governo Geral em 1975, sendo atualmente o edifício do Instituto Politécnico de Santarém. O segundo (o Instituto) passou a ser designado por «Fundação Andaluz» em 1982; existe ainda hoje e corresponde à primeira obra que Madre Luiza Andaluz tomou em mãos na sua juventude e que

do substrato de ação educativa e social que as duas instituições comportavam. De facto, no primeiro procurava-se que as alunas se envolvessem em «obras sociais» e no segundo subsistia o objetivo de dar às alunas ferramentas «para a luta da vida» na superação da sua condição sociofamiliar:

«Esta prestimosa Instituição continuou durante estes 5 anos as tradições do seu início e do seu começo. Educação e instrução têm andado a par, pois instrução sem educação religiosa não se poderia nem deveria compreender. A frequência das alunas também não tem diminuído ainda que num meio como Santarem onde há tantos estabelecimentos de ensino seja sempre difícil manter essa frequência pela facilidade da escolha. As obras sociais merecem especial simpatia a todas as almas que por elas se interessam e sacrificam sendo a “Obra dos Berços” uma prova evidente dessa dedicação e interesse.»²³

«Na formação destas pobres crianças tão necessitadas de amparo e carinho familiar, temos que ter muita dedicação e espírito de sacrifício, procurando ver nelas um membro do Corpo Místico de Cristo e formando-as para que possam ser sempre raparigas exemplares no mundo. É preciso que elas saibam vencer todas as dificuldades que irão encontrar na sua vida de raparigas pobres, pois muitas delas não encontrarão ambiente familiar que as ampare, sendo até já um sofrimento para elas pensarem a sério no seu futuro.

Que Nosso Senhor nos ajude a formá-las para a luta da vida.»²⁴

nunca largaria: com 14 anos, a pedido do Cardeal Neto, Luiza colabora com a Escola das Capuchas (assim chamada por pertencer ao Convento das Capuchas extinto em 1910, em virtude da expulsão das ordens religiosas). Luiza consegue reabri-la em 1914, desta feita no largo de São Julião, transferindo-se mais tarde para o Palácio Braancamp onde recebe em 1918 muitas crianças órfãs devido à pneumónica. Regressa às instalações iniciais do Convento das Capuchas em 1925, acolhendo crianças em situação de fragilidade familiar ou social, ao contrário do colégio que funcionava como uma instituição educativa privada com alunas internas e externas. Cf. Maria Isabel Costa Rodrigues – *Intuições de Luiza Andaluz no catolicismo português do seu tempo*. Lisboa: Paulinas Editora / Servas de Nossa Senhora de Fátima, 2008, p. 131-132.

²³ Relatório da comunidade do Colégio de Nossa Senhora dos Inocentes de 1945. AHCSNSF / Fundo Geral da Congregação / PT-SNSF - Governo da Congregação / SC:D - Secretariado Geral / Relatório anual das casas e comunidades (1941-2009) / Cx. 34, Mç. 212. / Relatório Anual das Casas e Comunidades 1945.

²⁴ Relatório do Instituto de Nossa Senhora dos Inocentes de 1954. AHCSNSF / Fundo Geral da Congregação / PT-SNSF - Governo da Congregação / SC:D - Secretariado Geral / Relatório anual das casas e comunidades (1941-2009) / Cx. 34, Mç. 212. / Relatório Anual das Casas e Comunidades 1954.

Estes dois excertos permitem ainda aceder a duas formas diferentes de cruzar o referencial religioso e o universo da educação. No primeiro este cruzamento baseia-se na ideia da componente religiosa como um âmbito integrante da educação perspetivada como instrução; no segundo, essa componente é um fator de espiritualização no modo de perceber as próprias educandas, ao considerá-las como «membros do Corpo Místico de Cristo». A esta percepção não será alheia a influência da Carta Encíclica *Mystici Corporis Christi* publicada pelo papa Pio XII durante a Segunda Guerra Mundial e que constituiu um esforço na autocompreensão da Igreja ao dar um passo em frente na legitimidade da participação dos leigos (e não só dos clérigos) e da sua consideração como membros desse corpo que se repercutiu na linguagem católica dos anos anteriores ao Concílio Vaticano II (1962-1965), sendo relevante a novidade do entendimento destas raparigas como integrantes e participantes desse corpo.²⁵ No âmbito educativo, as S.N.S.F. tinham ainda o Pensionato do Magistério Primário em Benfica, que funcionava como residência para alunas que se formavam para serem professoras primárias. Outra pequena comunidade situava-se numa Quinta em Sintra pertencente ao cardeal D. Manuel Cerejeira da qual as irmãs cuidavam (também através de tarefas agrícolas), recebendo ainda grupos e apoiando a catequese nas paróquias próximas.

Verificamos nesta abordagem às várias obras da Congregação das S.N.S.F. uma grande diversidade de projetos e de dinâmicas que ocorrem numa lógica de resposta a necessidades sinalizadas e determinadas por uma instituição que é eminentemente masculina (a Igreja católica na sua hierarquia). A relação com outras mulheres elabora-se quotidianamente nas ações educativas e caritativas que, de um modo mais ou menos institucionalizado, as Irmãs realizam e que transporta pressupostos de natureza religiosa.

Considerações finais

No A.H.C.S.N.S.F. está patente o cuidado da memória de Luiza Andaluz e da rede de mulheres que foi suscitando em seu torno em função da Obra e das obras. Verifica-se um crescente delineamento do modelo de identidade de uma «Serva de Nossa Senhora de Fátima»: modelo para um percurso, para uma espiritualidade, para uma forma de ação ou interação e, também, para um modo específico de se ser mulher e mulher religiosa (aqui, no sentido de «consagrada» ou «freira»). No protagonismo e singularidade de Luiza Andaluz e nesta progressiva definição da identidade quer da

congregação como instituição, quer de cada serva, há uma relação com o universo masculino que se efetua frequentemente no registo de cotejamento ou escrutínio. Verificámos que esse universo masculino é constituído por várias personalidades e instituições: desde o cardeal Cerejeira à Congregação dos Religiosos em Roma, até aos vários padres e bispos, designadamente os assistentes, diretores espirituais e os que dirigem as várias instâncias que marcam o quotidiano da Congregação, como as paróquias, a União Gráfica, etc. Dependendo da natureza da documentação consultada, verificamos que a relação com esse universo masculino desenha-se numa tensão entre a obediência e a consciência da aspiração a uma autonomia, que esporadicamente se manifesta pela recusa negociada e nem sempre conseguida em realizarem os projetos e as funções formuladas por homens e que tendem a remeter as Servas para o âmbito da domesticidade ou da funcionalidade.

A análise aqui desenvolvida estruturou-se sobre o acesso a dois corpos documentais diferentes, um que parte «de cima para baixo», de uma instância decisória de uma congregação, e outro que parte «de baixo para cima», isto é, das várias comunidades e ações locais da própria instituição em análise, possibilitando um contacto mais aproximado com o quotidiano. O A.H.C.S.N.S.F., cuja densidade foi aqui apenas a florada, constitui, na sua autonomia e na combinação com outros fundos arquivísticos, uma importante fonte de acesso às vozes de mulheres que, em escalas distintas e em áreas de intervenção diversas, protagonizaram e moldaram parte da história da sociedade e do catolicismo contemporâneos em Portugal.

²⁵ Paulo Fontes – A institucionalização da Acção Católica Portuguesa e a festa do Cristo-Rei. *Lusitania Sacra*, 2.ª Série, 19-20 (2007-2008), p. 184.

O FEMININO NOS ARQUIVOS: *abordagens e problematizações*

A obra **Arquivos no Feminino: abordagens e problematizações** é o resultado das comunicações apresentadas no Colóquio *Arquivos no Feminino*, que decorreu em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, de 16 a 18 de novembro de 2020, organizado e promovido pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, em parceria com o CHAM – Açores (núcleo do CHAM – Centro de Humanidades, da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores), o IEM (Instituto de Estudos Medievais – Universidade Nova de Lisboa) -, bem como com instituições culturais locais – ICPD (Instituto Cultural de Ponta Delgada) e HS (Associação Cultural Histórias Sábias).

Os artigos ora apresentados analisam e revelam o papel da Mulher, através das ausências e presenças do feminino nos mais diversos arquivos, de índole pública e privada, numa cronologia alargada que abrange os séculos XVI a XX. Por esse motivo, apresenta amplas abordagens temáticas e as análises possíveis, no intento de tocar a área cultural e artística, política e institucional, económica e social, bem como, e até, a sociológica e literária. O objetivo foi alcançado: realçar os arquivos femininos, mas igualmente o feminino nos arquivos.